

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE GRAJAÚ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS

LUCIANA COSTA DE SOUSA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO POVOADO REMANSO

Grajaú – MA
2020

LUCIANA COSTA DE SOUSA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO POVOADO REMANSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Grajaú, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientador: Profa. Dr Mônica Ribeiro Moraes de Almeida

Grajaú – MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Costa de Sousa, Luciana.
O Processo de Construção do Povoado Remanso / Luciana
Costa de Sousa. - 2020.
43 p.

Orientador(a): Mônica Ribeiro Moraes de Almeida.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas -
Geografia, Universidade Federal do Maranhão, Universidade
Federal do Maranhão Campus Grajaú, 2020.

1. Conflitos territoriais. 2. Deslocamento para
Remanso. 3. São Pedro dos Cacetes. I. Ribeiro Moraes de
Almeida, Mônica. II. Título.

LUCIANA COSTA DE SOUSA

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO POVOADO REMANSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de Grajaú, como pré-requisito para obtenção do título de Licenciado em Ciências Humanas.

Aprovada em: 14/01/2020

Com nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr. Mônica Ribeiro Moraes de Almeida (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Me. Dhiogo Rezende Gomes
Instituto Federal do Maranhão

Profa. Dr. Rosimary Gomes Rocha
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente, a Deus por ter me permitido mais uma conquista, aos meus pais Sebastião e Francisca que sempre lutaram para que eu chegasse até aqui, ao meu filho amado Luiz Henrique pois é graças a ele que eu tenho forças para lutar pelos meus sonhos, assim como meus irmãos, Eduardo, Edina e em especial o meu irmão Marcelo que sempre me ajudou bastante durante a minha caminhada para a UFMA, agradeço também aos meus familiares que sempre me apoiaram.

Agradeço também aos meus amigos que sempre me incentivaram durante a minha graduação a minha cunhada Alcilene Moraes que sempre me deu forças desde a minha entrada na Universidade aos meus amigos Kélvia, Joacir, Aldilene, Erica, Adriele e Lucas que sempre estiveram comigo em todos os momentos meu muito obrigado.

Meu obrigado a Minha Orientadora Profa Dr Mônica que foi quem me ajudou na construção deste trabalho, por todos os ensinamentos e a paciência que teve comigo, expresso meus sentimentos de gratidão. Não poderia esquecer dos meus amados professores que me acompanharam durante o período que passei na UFMA professor Dr José Maria, Professor Dr Ubiratane professora Me Patrícia por todos os ensinamentos durante o curso.

Meu agradecimento especial ao meu querido Professor Samir Araújo Casseb (in memoriam) no qual dedico essa monografia, pelo carinho, amizade e todos os ensinamentos transmitidos, esse trabalho não teria sido possível sem a ajuda dele, que foi quem me propôs esse desafio de contar a história de Remanso.

Agradeço aos moradores do povoado Remanso que me acolheram e me ajudaram durante a minha pesquisa em especial ao meu tio Antônio a quem eu sempre recorria quando tinha dúvidas sobre o povoado, ao meu pai que sempre me ajudou com as informações sobre o conflito, ao Sr Moacir, Sr Milton Gomes e aos demais moradores que participaram da pesquisa meu muito obrigado.

Não poderia deixar de agradecer os meus colegas de turma que estiveram ao meu lado nos momentos de alegria, de lutas e também nas dificuldades Aline, Karina, João, Camila e Ygor muito obrigado por estarem comigo nessa caminhada.

Dedico este trabalho, ao meu filho,
Luiz Henrique Costa de Sousa
Morais, grande colaborador e
incentivador. Luz da minha vida.

RESUMO

As relações entre índios e brancos no estado do Maranhão, foram marcadas por conflitos históricos desde a formação do estado. Diante desses conflitos históricos busco analisar no presente trabalho uma situação de disputa pela posse da terra ocorrido no estado do maranhão em um povoado próximo a cidade de Barra do Corda o povoado São Pedro dos Cacetes. O objetivo geral deste trabalho visa problematizar o processo de construção do povoado Remanso através de pesquisa bibliográfica e relatos de moradores antigos que participaram dos conflitos em São Pedro dos Cacetes. Ressaltando os fatores políticos, econômicos e sociais desse processo. Assim como compreender os conflitos ocorridos, entre a população de São Pedro dos Cacetes e os índios da Reserva Indígena Cana Brava; relatar o debate político por trás da disputa pela terra; demonstrar as principais mudanças ocorridas com o deslocamento da população de São Pedro dos Cacetes para o povoado Remanso. Quanto à metodologia, a pesquisa foi um estudo de caso, cujos métodos utilizados foram qualitativos. O trabalho foi realizado em três etapas, onde a primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica, a segunda etapa foi as entrevistas feitas com os moradores de Remanso e a terceira consistiu na elaboração do trabalho. A pesquisa constatou que o deslocamento para Remanso causou nos moradores um sentimento de tristeza, tendo em vista, que no antigo povoado foram construídas relações simbólicas, com os amigos, vizinhos, com os entes queridos que foram morar em outras cidades. No entanto, os moradores viram sua saída para Remanso também como uma vitória, por ter conseguido um novo território para morar depois de mais 26 anos de conflitos.

Palavras-chave: Conflitos territoriais, São Pedro dos Cacetes, Deslocamento para Remanso.

ABSTRACT

Relations between Indians and whites in state of Maranhão have been marked by historical conflicts since formation of the state. In face of these historical conflicts, I seek to analyze in this work a situation of dispute over land ownership that occurred in state of Maranhão in a town near Barra do Corda, the town of São Pedro dos Cacetes. The general goal of this work is to problematize the process of building the village Remanso through bibliographic research and reports of former residents who participated in the conflicts in São Pedro dos Cacetes. Highlighting the political, economic and social factors of this process. As well as understanding the conflicts that occurred between the population of São Pedro dos Cacetes and the Indians of the Cana Brava Indigenous Reserve; report the political debate behind the land dispute; demonstrate the main changes that occurred with the displacement of the population from São Pedro dos Cacetes to the Remanso settlement. As for the methodology, the research was a case study, whose methods used were qualitative. The work was carried out in three stages, where the first stage consisted of the literature review, the second stage was the interviews with the residents of Remanso and the third stage consisted of the elaboration of the work. The research found that The displacement to Remanso caused the residents a feeling of sadness, considering that in the old village were built symbolic relationships, with friends, neighbors, with loved ones who went to live in other cities. However, residents saw his departure for Remanso as a victory as well, as he gained new territory to live in after another 26 years of conflict.

Keywords: Territorial Conflicts, São Pedro dos Cacetes, Remanso Displacement.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONFLITOS TERRITORIAIS INDIGENAS.....	12
3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE GRAJAÚ-MA	16
4 SÃO PEDRO DOS CACETES: HISTORIA E CONFLITO	20
5 A DINÂMICA DO PROCESSO, AS NEGOCIAÇÕES E ARTICULAÇÕES	23
6 O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO, COMO SE CONSTROEM NA NOVA LOCALIDADE.....	32
7 CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Com a chegada dos europeus no território brasileiro, começaram as estratégias de conquista e colonização dos povos que ali viviam. Esses povos, senhores soberanos de suas terras, passaram então a disputar com os europeus pelo território no qual habitavam.

As relações entre índios e brancos no estado do Maranhão, foram marcadas por conflitos históricos desde a formação do estado tendo em vista, que o mesmo foi formado através da expansão agrícola, o que fez com que os indígenas que ali habitavam passassem a disputar seus territórios com os europeus. Diante desses conflitos históricos busco analisar no presente trabalho uma situação de disputa pela posse da terra entre os moradores de São Pedro dos Cacetes e os povos indígenas Guajajara ocorrido no estado do Maranhão em um povoado próximo a cidade de Barra do Corda, o povoado São Pedro dos Cacetes.

A ideia do presente estudo surgiu da curiosidade de entender o porquê de os moradores do povoado Remanso, originado a partir do deslocamento dos moradores do povoado São Pedro dos Cacetes, terem uma grande rivalidade com os povos indígenas. Por ter nascido em São Pedro dos Cacetes e saído do povoado com 11 meses de vida, sou moradora do povoado Remanso e cresci ouvindo as histórias de como se deu o conflito, alguns discursos que sempre me intrigavam muito, e me faziam pensar de que forma aconteceu esse conflito, quais os reais motivos, quem estava envolvido. Essas indagações fizeram com que eu escolhesse esse tema para trabalhar.

O tema escolhido foi o processo de construção do povoado Remanso com o intuito de responder a problemática, como se deu o conflito, qual a visão dos moradores sobre o mesmo e esse deslocamento para o povoado Remanso trouxe mais benefícios ou foi prejudicial a população.

O objetivo geral deste trabalho visa problematizar o processo de construção do povoado Remanso através de pesquisa bibliográfica e relatos de moradores antigos que participaram dos conflitos em São Pedro dos Cacetes. Ressaltando os fatores políticos, econômicos e sociais desse processo. Para efetivar tal estudo procurei embasamento na teoria de Campo do Sociólogo Pierre Bourdieu (1989). De acordo com Barros (2003), “Segundo a conceituação de Bourdieu, um campo pode ser compreendido como um espaço estruturado de posições, onde agentes estão em concorrência pelos seus troféus específicos seguindo regras igualmente específicas” (BARROS, 2003: 120). Assim como compreender os conflitos ocorridos, entre a população de São Pedro dos Cacetes e os índios da Terra Indígena Cana Brava, que revelam um campo de disputas formado por diferentes agentes em luta para se legitimarem nesse campo

(BOURDIEU, 1989). De modo que se faz necessário relatar o debate político por trás da disputa pela terra e demonstrar as principais mudanças ocorridas com o deslocamento da população de São Pedro dos Cacetes para o povoado Remanso.

Quanto à metodologia, a pesquisa foi um estudo de caso, estudo esse que segundo Yin (2001), “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. YIN (2001, p.19), “o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento” (YIN, 2001, p. 21), de acordo com Yin (2001) o estudo de caso serve para entender fenômenos sociais complexos, “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais” (YIN, 2001, p. 21). Os métodos utilizados foram qualitativos.

O trabalho foi realizado em três etapas, onde a primeira etapa consistiu a revisão bibliográfica referente ao tema estudado buscando-se o contexto atual dos conflitos indígenas, buscando embasamentos teóricos nos seguintes autores Coelho (2002), a referência principal da minha pesquisa, em seu livro Territórios em Confronto, onde a mesma faz a análise das disputas pela terra no estado do Maranhão, Almeida (1996), no qual utilizei para entender o deslocamento compulsório da população de São Pedro para o povoado Remanso, Oliveira (1997), que utilizei para entender o processo de territorialização, Cunha (2012), utilizei para entender a relação dos europeus com os povos indígenas na época da colonização, Haesbaert (1997), para entender a noção de território, Bourdieu (1989), para entender as estratégias de dominação simbólicas durante a disputa, Schroder (1991-1995), para entender os conflitos ocorridos em São Pedro dos Cacetes e Gomes (2002) para entender um pouco da história do povo Guajajara.

A segunda etapa consistiu na visita aos moradores do povoado Remanso, visitas essas nas quais tivemos conversas informais a respeito do ponto de vista da população sobre sua remoção para outra localidade e as principais mudanças no seu modo de vida. A pesquisa teve duração de 6 meses, os sujeitos escolhidos para a pesquisa, foram pessoas que participaram ativamente do conflito, dentre eles integrantes de associações do povoado São Pedro assim como, representantes da igreja católica e evangélica, políticos comerciantes e trabalhadores rurais. Durante a pesquisa visitei a casa dos moradores e fiz as entrevistas, algumas delas foram conversas informais, relatos dos moradores sobre o conflito, e sobre como era a vida no povoado São Pedro, de como foi a saída do povoado São Pedro e como recomeçaram suas vidas

em Remanso. Como moradora do povoado as pessoas nas quais entrevistei são pessoas próximas a mim amigos, vizinhos e conhecidos.

A terceira etapa consistiu na elaboração do meu TCC (trabalho de conclusão de curso). Cabe ressaltar que a maior parte das informações que coloco no texto foram relatadas pelos moradores do antigo povoado São Pedro dos Cacetes, essas informações foram levantadas durante a minha pesquisa de campo feita com os moradores.

O trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro capítulo consiste no histórico dos conflitos, e a fundação de Grajaú. O segundo capítulo é discutido a dinâmica do processo, as negociações e articulações e a terceira parte trata do deslocamento compulsório e o processo de territorialização, como se constroem na nova localidade.

2 CONFLITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS

Quando falamos em terras indígenas nos remetemos ao Estado brasileiro tendo em vista que o mesmo tem a responsabilidade de garantir o direito à terra aos povos originários. Esse direito está presente na Constituição Federal de 1988,

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Constituição Federal de 1988, cap. VIII, artigo 231. Apud, COELHO, 2002, p. 34).

Deste modo, é reconhecido aos indígenas e assegurado pelo Estado a garantia desses direitos estabelecidos pela lei. Contudo o que são as terras indígenas? Oliveira (1987) destaca que as terras indígenas, “trata-se do habitat de grupos que se reconhecem (e são reconhecidos pela sociedade) como mantendo um vínculo de continuidade com os primitivos moradores de nosso país” (OLIVEIRA, 1987, p. 8).

Contudo segundo Oliveira (1987) as terras indígenas são bens sob o domínio da União, ou seja, o Estado exerce sobre essas terras um cuidado especial resguardando aos povos indígenas a posse da terra e dos recursos existentes nela. O direito dos povos indígenas a terra vem da sua originalidade e da sua conexão com os povos que aqui já habitavam antes da colonização.

Os conflitos por territórios sempre foram presentes no Brasil. Mesmo antes da colonização os povos indígenas que ali habitavam travavam entre si disputas e conflitos por territórios. Com a colonização, essas disputas foram se intensificando e causando graves consequências para os povos indígenas, dentre elas a dizimação de diversas etnias indígenas existentes naquele território. Segundo Cunha (2012, p. 14) a população indígena foi reduzida de 1500 milhões para pouco mais de 800 mil índios que ocupam o Brasil. Apenas para garantir interesses, ganancia e ambição dos homens.

Não foram apenas as doenças trazidas pelos Europeus que dizimaram uma grande parte da população indígena, mas a ganancia do Europeu principalmente nas suas formas de tratamento com os povos indígenas nas missões feitas em aldeamentos, onde os mesmos eram subordinados a conviver e apreender a cultura dos portugueses.

A princípio a relação dos europeus com os povos indígenas se deu através de escambo, ou seja, trocas feitas entre objetos trazidos pelos europeus como espelhos, foices objetos que a

princípio chamaram a atenção dos indígenas que por vezes levavam as riquezas presentes no Brasil como exemplo o Pau Brasil e sua tinta vermelha que servia para tingir tecidos. No entanto, essa relação com o passar do tempo foi se configurando segundo Cunha (2012), com o primeiro governo geral do Brasil os interesses eram outros principalmente do lado europeu que envolviam o governo os colonos e os missionários tornando assim uma relação conflituosa. Os interesses coloniais eram outros, não queriam apenas parceiros para trocas, e sim uma mão de obra barata para exploração das riquezas presentes naquele território.

Segundo Coelho (2002), ‘‘A formação do Estado brasileiro ocorreu num processo de conquista e colonização de sociedades que exerciam o autogoverno’’ (COELHO, 2002, p. 21). Mesmo com o direito há terra garantido pela constituição os povos indígenas tiveram que reforçar a sua organização política para lutar e garantir seu direito ao seu território, tendo em vista que os direitos eram por vezes burlados. João Pacheco de Oliveira sugere que, ‘‘Não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal necessidade advém exclusivamente a situação colonial a que essas sociedades são submetidas’’. (OLIVEIRA, 1996:9 Apud. GALLOIS, 2004, p. 6).

Nesse sentido percebe-se que os povos indígenas através da colonização tiveram que mudar a sua forma de organização social, um povo que até então era dono de todo o território brasileiro passa a seguir as regras e as leis do Estado que passou a ser o responsável pela sua segurança e garantia de suas leis e seus benefícios. Esse processo é denominado por Oliveira (1997), de processo de territorialização.

‘‘A relação com os povos indígenas deu-se sempre por meio de um confronto de territorialidades, em que estava em jogo a construção da territorialidade brasileira e a manutenção ou configuração de novas territorialidades indígenas’’ (COELHO, 2002, p. 61). Para o Antropólogo João Pacheco de Oliveira ‘‘a presença colonial que instaura uma nova relação da sociedade com o território, deflagrando transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural’’ (OLIVEIRA, 1997, p.54). Nesse sentido Oliveira (1997) destaca,

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica:1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1997, p. 55).

‘‘Os índios que aqui viviam, senhores soberanos da terra até a chegada dos colonizadores, passaram a disputar com estes o controle sobre ela’’ (COELHO, 2002, p. 22). Com a descoberta do território brasileiro um amplo território cheio de riquezas naturais, o que

despertou o interesse dos europeus que ali chegaram e que viam naquela terra uma oportunidade de conquistar muitas riquezas. Segundo Coelho (2002),

Os Tenetehara/Guajajara constituem a sociedade indígena com maior contingente populacional no território do Maranhão. Perfazem cerca de 13.000 índios (Funai, 1998) que habitam diferentes áreas, em regiões distintas do estado, todas demarcadas e homologadas. A conformação que possuem hoje as terras habitadas pelos Guajajara resulta da correlação de forças que se estabeleceu ao longo de muitos anos de contato, nos quais os Guajajara estiveram sempre confrontando segmentos da sociedade brasileira, na luta pela garantia de um território específico (COELHO, 2002, p. 101-102).

“Desde o início da colonização do Brasil a relação dos povos indígenas com a terra passou a ser mediada pelo Estado português e, posteriormente, pelo Estado brasileiro”, após a independência do Brasil. (COELHO, 2002, p.57). Os conflitos ocorriam mediante a existência de uma nação soberana no território conquistado pelos portugueses, por ser uma relação constituída a partir de uma situação conflituosa entre Estado português e Estado brasileiro caracteriza-se segundo Coelho (2002) como “situação colonial”.

Segundo Coelho (2002) após a independência do Brasil os povos indígenas passaram a ser tratados como cidadãos brasileiros, deixando assim de ser senhores soberanos de suas terras, passando assim a serem subordinados pelo regime de proteção do Estado brasileiro. Essa atitude do Estado é vista como um ato de violência para com os povos indígenas tendo em vista, que o regime imposto pelo Estado era desconhecido aos povos indígenas, que viviam um regime de sociedade próprio. O não reconhecimento da alteridade indígena era um grande problema no período colonial. “O dilema do reconhecimento das terras dos povos indígenas vem desde o período do Brasil Colônia e carrega o dilema do reconhecimento da diversidade étnica que constitui esse país” (COELHO, 2002, p. 59).

“Um dos principais instrumentos de colonização no Brasil foi a catequese. O Estado colonial delegou as missões religiosas o papel de conquistar, mediante a fé, os povos indígenas”, (COELHO, 2002, p. 61), esses povos eram trazidos de seus habitats naturais e submetidos a uma outra forma de vida. Esses povos através de missões em aldeamentos foram escravizados e obrigados a aprender outra cultura diferente da sua, sendo assim burladas as leis que os protegiam da escravidão.

Havia o interesse do Estado que os povos indígenas saíssem do seu habitat natural e fossem conviver com os europeus, o que burlava o direito garantido por eles na Constituição de soberania e direito aos territórios ocupados por eles.

Segundo Coelho (2002), a não execução da lei foi apontada pelo Padre Antônio Vieira ao afirmar que:

O Estado do Maranhão e do Pará foi a parte do Brasil em que os índios experimentaram as maiores violências e padeceram os mais extraordinários rigores dos portugueses, cativando-os, não só contra as leis reais, mas contra todo o direito natural, das gentes, servindo-se deles em trabalhos excessivos, com que os matavam e consumiam, mais ainda que com as guerras (1992:4, Apud. COELHO, 2002, p. 62).

O Estado na tentativa de mediar essa relação entre os povos indígenas e a sociedade brasileira criou o Diretório de Pombal no ano de 1757, que surgia como uma estratégia de dominação simbólica sobre os mesmos, criando formas de aproximação entre as duas sociedades trazendo como obrigatoriedade o uso da língua portuguesa pelos povos indígenas, que tinham como principal objetivo abolir o poder das missões religiosas sobre os indígenas.

Essas medidas tomadas pelo Estado ameaçavam a posse da terra pelos indígenas, tendo em vista, que as terras que até então eram denominadas terras dos índios, passaram a ser denominadas como vilas e a serem coordenadas pelo branco, com a ideia de que o índio não era apto a governar o seu território. Esse regime legitimava a ocupação do território brasileiro o que favorecia a colonização. No entanto, os indígenas ainda eram vistos como os primeiros donos da terra, entretanto segundo Coelho (2002, p. 65) esse reconhecimento era apenas formal.

“Quando em 1798 foi abolido o sistema de diretórios criados por Pombal, os indígenas passaram a jurisdição das autoridades coloniais como qualquer outro vassalo do reino”, (COELHO, 2002, p. 65). No entanto, mesmo depois de ser extinto o diretório a guerra da conquista permaneceu. Mesmo deixando de ser colônia de Portugal o Brasil não parou o seu projeto de colonização, e os povos indígenas passaram a ser vistos pelo Estado brasileiro “tanto como uma ameaça a ser contida, como uma possibilidade de mão-de-obra a ser explorada” (COELHO, 2002, p. 69).

Esses conflitos foram se estendendo por uma boa parte do país, a cidade de Grajaú no estado do Maranhão teve a sua fundação marcada historicamente por esses conflitos interétnicos entre indígenas e não indígenas. Para entender a relação conflituosa na cidade de Grajaú no interior do Maranhão, faz-se necessário compreender alguns conflitos referentes a territorialização ocorridos durante a sua formação e posteriormente com a população habitante do povoado Remanso.

3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE GRAJAÚ-MA

A cidade de Grajaú localizada no centro sul maranhense com 207 anos de fundação tem uma população de pouco mais de 60 mil habitantes, segundo o Censo demográfico de 2010 do (IBGE). Grajaú faz fronteira com as terras indígenas Araribóia, Bacurizinho, Cana-Brava, Caru, Governador, Krikatí, Lagoa Comprida, Morro Branco, Rio Pindaré, Rodeador, Urucu-Juruá, Porquinhos e Terra Indígena Canela. Marcada historicamente por conflitos étnicos entre índios e não índios, conflitos esse que traz uma intolerância dos não índios para com os índios.

Grajaú, foi fundada pelo navegador e alferes Antônio Francisco dos Reis, em 29 de abril de 1811, à margem leste do Rio Grajaú, no local denominado Fazenda Chapada, que era de propriedade de Manoel Valentim Fernandes. O local também era conhecido como Porto da Chapada. A margem oeste, à época, era habitada pelos índios Timbiras e Piocobjés. Esses índios, no ano de 1814, entraram em conflito com os habitantes da povoação fundada por Antônio Francisco dos Reis, que já contava com quarenta pessoas, das quais escaparam apenas seis. (TEORIZANDO GRAJAÚ, 2010)

De acordo com o IBGE (2010), no ano de 1816, os moradores restantes reiniciaram a povoação, dando-lhe o nome de São Paulo do Norte, contando então com um pequeno destacamento de tropas. Em 1817, o então governador do estado mandou fundar no lugar chamado Estrião Grande a Colônia Leopoldina, para maior segurança dos habitantes da região. No entanto, essa “defesa” era uma “limpeza” do território indígena para a colonização. Colocavam os índios nessas colônias em regime escravo, para trabalhar e cristianizar, muitos fugiam ou morriam nessa situação. A colônia compunha-se de quarenta soldados de linha, liderados por Francisco José Pinto Magalhães. Pela Lei Provincial Sete, de 29 de abril de 1835, Pedro da Costa Ferreira, então presidente da província, elevou a povoação São Paulo do Norte à categoria de vila, passando está a chamar-se Vila da Chapada. Durante os anos seguintes, mais precisamente no ano de 1856, a situação da Vila da Chapada foi das mais promissoras. A vila compunha-se de 79 casas, das quais seis eram cobertas de telhas. Era habitada por 341 pessoas, na margem direita e, na margem esquerda do rio, haviam onze casas com 79 pessoas, segundo o IBGE (2010).

Esse ano marcou a chegada de Militão Bandeira Barros, filho bastardo do capitão-mor Antônio Bandeira, como juiz de paz. Tratava-se de um homem de grande cultura intelectual, além de gostar de literatura. Imortalizou-se com a criação da Roda de Amigos, iniciativa que ensinou a formação de uma sociedade, ganhando foro de

cultura e permanecendo assim por muitos anos. Neste grupo, destacaram-se Cláudio Saraiva Chaves, Miguel Olímpio de Carvalho, Liberalino Tavares Bastos, Manoel Mariano Bandeira da Gama, Bernardo Costa, Raimundo Junqueira, Gustavo Tavares, Francisco de Araújo Costa e Sabino Alves Lima. (TEORIZANDO GRAJAÚ, 2010).

Segundo o IBGE (2010), em 1869, foi criado o plano de incorporação de uma companhia a vapor no Rio Grajaú, a qual surgiu através de Antônio Luís Soares. Essa navegação teve início dois anos depois da incorporação. Surgiu, assim, o centro comercial da cidade, tendo, como ponto principal, a Rua do Porto Grande, atual Rua 7 de Setembro. Foi da Vila da Chapada que se originou a cidade de Grajaú, através da Lei Provincial 1 225, de 7 de abril de 1881, que a elevou à categoria de cidade com o nome de Grajaú, segundo o IBGE (2010).

Os conflitos entre índios e não-índios são marcados pelas disputas por territórios os Tenetehara/Guajajara lutam para defender seu território contra a invasão de “estrangeiros” nesse caso seriam os brasileiros. “Os Tenetehara/Guajajara, como todas as sociedades, delimitam um espaço de vivência e produção e organização para dominá-lo e transformá-lo em seu território” (COELHO, 2002, p.31). Os não-índios também buscam seu território para garantir sua sobrevivência em um pedaço de terra. E há também outros interesses políticos de garantir território para o poder e dominação e geração de lucros. Segundo Haesbaert (1997), o território representa,

Uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, P.42).

Tendo em vista esses acontecimentos conflituosos em Grajaú podemos observar que o preconceito para com os povos indígenas está enraizado e vem sendo passado de geração em geração na nossa sociedade, se tratando de Grajaú, a cidade acolhe 4.135 indígenas (IBGE, 2010), no qual é composta pela etnia Guajajara/Tentehar onde se autodenominam *Tenetehara* que significa “os seres verdadeiros”. Atualmente no perímetro urbano da cidade de Grajaú se localizam 17 aldeias, que se encontram na Terra Indígena Morro Branco dentre elas estão: Jacaré; Escondida; Cumarú; Piçarra; Pequizinho; Japão; Poço Velho; Buritizal; Bonito; Faveira; Areinha; Formigueiro; Boa Esperança; Bela Vista; Cacique Davi; Macaúba; e Velho Morro (OLIVEIRA, 2016). A Terra Indígena Morro Branco fica localizada dentro da cidade de Grajaú, habitada pelos povos Guajajara, com uma população de 587 habitantes segundo o IBGE (2010).

A busca pelo território está atrelada ao domínio e ao poder, e na cidade de Grajaú não seria diferente, apesar da cidade ser rodeada por territórios indígenas o preconceito para com esses povos ainda é muito forte devido aos conflitos ocorridos na fundação da cidade com as disputas pela terra. “[...] o atual município de Grajaú foi, quando de sua fundação e conservação, uma das maiores conquistas da civilização sobre os indígenas nos sertões do Maranhão” (IBGE, vol. III, 1957 Apud COELHO, 2002, p.105). De acordo com Coelho (2002).

Antes da fundação de Grajaú o local era o porto de uma fazenda pertencente a Manuel Valentim Fernandes (IBGE, vol. III, 1957). A lei provincial nº 7, de 29 de abril de 1835, elevou o povoado à categoria de vila do Senhor do Bomfim na Chapada, sendo desmembrada do município de Pastos Bons. Em 1881, pela lei provincial nº 1.225, foi transformada em cidade com o nome de Grajaú, este é o maior município maranhense e sofreu várias subdivisões que originaram Barra do Corda (1854), Amarante (1853 e Imperatriz (1856). O município de Barra do Corda foi posteriormente desmembrado e surgiram Presidente Dutra e Esperantinópolis (1954), Jenipapo dos Vieiras e Fernando Falcão (1989), (COELHO, 2002, p. 105).

Contudo o governo tinha um interesse maior sobre essas terras afim de expandir a cidade para gerar recursos e riquezas, diferente dos povos indígenas que viviam apenas do que a natureza lhe dava não tinham um interesse econômico sobre as terras, o governo tinha interesses políticos e econômico sobre a terra afim de gerar lucros e conquistar territórios. O governo não tinha interesse em deixar o território ocupado pelos indígenas e com isso buscava soluções de como possibilitar o avanço da colonização sobre as áreas ocupadas por esses povos, para expandir as lavouras de algodão e a pecuária afim de gerar lucros para o governo.

Quando os não-índios chegaram para habitar a cidade de Grajaú os índios já se encontravam. Os índios que ali viviam senhores soberanos da terra, passaram a disputar o controle sobre ela com os colonizadores, que para conseguir o controle da terra usaram o mesmo método dos portugueses no “descobrimento do Brasil” a “pacificação dos selvagens”. O que fica claro com a determinação feita por Silva Gama em 1817.

[...] situar, civilizar e meter em tráfico moral os índios selvagens daquele contorno... Se algumas dessas nações corresponder atraçoadamente à fiel aliança com que forem tratadas, deve-se depois de esgotados os meios suaves, fazer-lhes reconhecer pela seriedade da punição quanto devem respeitar o poder das nossas forças e como será proveitoso viverem na nossa aliança e aproveitarem-se fielmente dos subsídios com que lhes procuramos a sua felicidade no gozo daquela paz civil que não conheciam. Todos os índios que forem aprisionados nestas ações hostis deverão ser remetidos para a capital pois não poderá ficar um índio só com a mínima aparência de escravidão para que não entre na isca destes infelizes e desconfiadíssimos selvagens que pode caber na magnanimidade e benevolência de quem os socorre vil proteção de os chamar cativoiro” (Of. nº 1.426, 1817, liv. 1, apud COELHO, 2002, p. 106).

“O processo civilizador mantinha-se, dessa forma, ancorado nas formas de violência simbólica das ações ‘suaves e brandas’ e na violência física das ações punitivas mediante as quais o estado impunha sua força” (COELHO, 2002, p. 107). Como podemos ver os colonos buscavam com essas ações de civilizar os “selvagens” com o intuito de domina-los para conseguir a posse de suas terras, como foi feito em Portugal onde os índios que não tinham contato com os brancos ficaram surpresos e curiosos com o que era trazido por eles, com isso os portugueses usavam seus objetos como chapéu, camisas, facas e outros artigos em troca da mão de obra indígena e os índios que resistiam aos domínios dos colonos eram massacrados.

O processo civilizatório buscava avançar a colonização, há princípio os índios não aceitaram ser subordinados a trabalhar e a abrir mão de suas terras e reagiram de forma violenta ao processo de civilização, mas os colonizadores não desistiam e buscavam formas de civiliza-los.

De acordo com Coelho (2002, p. 108-109), O programa de colonização indígena em Grajaú teve início no ano de 1847, com o intuito de coordenar as atividades dos índios na construção de estradas para mantê-los sob controle, para que os mesmos não interferissem na construção das estradas, nas navegações e no avanço da formação da sociedade brasileira. Porém esse processo não foi tão fácil tendo em vista, que os Guajajara não aceitaram de bom grado seguir as ordens dos europeus, que lamentaram o fracasso na tentativa de civilização dos Guajajara.

4 SÃO PEDRO DOS CACETES: HISTÓRIA E CONFLITO

O povoado São Pedro dos Cacetes foi fundado em meados da década de 1940, período em que foi encontrado registros de sua existência em mapas. A povoação do local começou com a vinda de imigrantes cearenses que vinham fugindo da seca em busca de um novo território. Outro fato que ajudou na povoação da área foi a criação da colônia agrícola em Barra do Corda, o acesso a área foi facilitado pela criação da estrada de rodagem que liga Barra do Corda a Grajaú.

Ao longo do tempo o povoado foi crescendo e se tornando o maior povoado ali daquela região. São Pedro dispunha de uma delegacia de polícia, três escolas, correio, um mercado, duas igrejas e uma grande feira que movimentava toda a região, de acordo com relatos de moradores vinham pessoas de toda região vender os seus produtos na feira de São Pedro, e que nada voltava para casa tudo era vendido ou trocado por outras mercadorias.

A economia do povoado de São Pedro dos Cacetes girava em torno dessa feira e também da plantação de arroz que era uma das suas maiores fontes de renda, do feijão, milho, mandioca e também da criação de gados. Segundo os moradores as terras de São Pedro eram muito férteis e tudo que se plantava era colhido em abundância. Os moradores acreditam que além da terra ser muito boa a quantidade de água também favorecia, pois, o local era muito rico em água.

No ano de 1979 começaram os primeiros rumores de que os moradores teriam que sair do povoado São Pedro pois o mesmo estava dentro de uma reserva indígena. Nessa época segundo relato de um morador do povoado seu Antônio, o governador do estado do Maranhão senhor João Castelo havia recebido dinheiro para indenizar o pessoal que se encontravam na área e tinham que ser retirados. Entretanto, o governador não indenizou os moradores o que foi causando ainda mais conflitos. Entretanto, um documento da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), apaziguou a situação conflituosa que estava acontecendo naquele momento no povoado. Segundo esse documento o povoado São Pedro não se encontrava dentro da reserva, tinha sido excluído da demarcação.

Segundo a fala de um dos moradores do povoado seu Antônio 60 anos lavrador, o povoado São Pedro não se encontrava na reserva indígena Cana Brava até o ano de 1979, entretanto, depois que o governador recebeu o dinheiro para indenizar o pessoal e não indenizou, foi feito uma nova demarcação de terra onde o povoado foi colocado dentro da reserva indígena. Contudo alguns moradores após essa nova demarcação começaram a abandonar o local, enquanto que chegavam mais moradores no local.

Embora os rumores que os moradores teriam que sair da área muitos moradores tinham esperanças que não seriam retirados e continuaram lutando por sua permanência no local. As ações de políticos locais como criação de comissões de representação, a busca de parceria com deputados em Brasília e São Luiz, e o apoio da prefeitura de Grajaú foram fundamentais para que os moradores resistissem a retirada do local, o incentivo de que se eles se unissem e lutassem conseguiriam sair vitoriosos e não perderiam sua terra.

O conflito de São Pedro dos Cacetes foi sendo criado desde o início da ocupação do território maranhense, quando as levas de imigrantes passaram a ocupar os territórios indígenas com o intuito de expandir a agricultura, com a chegada desses imigrantes que vinham de várias cidades em busca de um território originou-se o povoado que viveu uma situação conflituosa durante cerca de 25 anos com os povos indígenas pela posse da terra indígena do povoado São Pedro dos Cassetes que estava dentro do território Guajajara.

Segundo Barros (1992, p. 16), o povoado São Pedro dos Cacetes constitui-se por volta dos anos 40, ocasião que aparecem os primeiros registros em mapas. Sua população foi se formando a partir de algumas levas de migrantes cearenses fugidos da seca e que foi paulatinamente sendo engrossadas por lavradores que atraídos pela colônia agrícola de Barra do Corda, criada em 1944, foram fixando-se em São Pedro. O acesso a essa área foi facilitado pela construção da estrada de rodagem estadual que liga Barra do Corda a Grajaú. Outro fator que contribuiu para o crescimento desse povoado foi a criação de funcionários do SPI que arrendavam lotes de terra dentro da área de reserva, alegando com isso obter recursos para atender a comunidade indígena. Segundo Barros (1992),

A permanência desses povoados dentro de áreas reservadas aos índios foi e tem sido sempre motivo de tensão e deflagração de conflitos''. No final dos anos 70 com o agravamento das tensões, a FUNAI repassou ao governo do Estado Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de cruzeiros), com o objetivo de levar a efeito o remanejamento dos moradores tanto de São Pedro dos Cacetes quanto de Alto Alegre. Do montante dessa verba, no entanto somente Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) tiveram o destino preciso, acarretando a retirada efetiva dos moradores de alto alegre. Tratava-se do convênio 080 79 no ano de 1979, entre o governo do estado e a FUNAI, que além de São Pedro e do Alto Alegre previa o remanejamento do povoado Lagoa Comprida. Tal convênio foi considerado pela secretaria do interior do estado como de difícil cumprimento em outubro de 1980, pouco mais de um ano após de sua assinatura (BARROS, 1992, p.16).

Segundo Coelho (2002), em um relatório feito em agosto de 1980, conclui-se que a Prefeitura de Grajaú e a FETAEMA apoiavam a resistência dos moradores, que realmente, naquele momento, recusavam-se a sair. Conclui ainda o relatório sobre a existência de 417 famílias em São Pedro dos Cacetes.

Contudo, foi em 1985 que a situação litigiosa atingiu o seu ápice. Nesse ano assembleia legislativa elaborou o projeto de lei 045 85 que objetivava transformar São Pedro dos Cacetes em município. O Ministério Público Federal, através do procurador geral da república, João Marques Farias, moveu uma Ação de inconstitucionalidade contra a criação do município, por trata-se de terra indígena a área em que se encontrava o povoado.

Em 12 de junho de 92, o procurador da república, Nicolau Dino de Castro e Costa Neto, entrou na justiça com uma Ação Civil Pública contra a União Federal e o Estado do Maranhão, requerendo que fosse determinada liminarmente a retirada do agrupamento humano não-indígena do local denominado São Pedro dos Cacetes, bem como a nulidade de quaisquer registros cartoriais de imóveis pertencentes a área indígena (BARROS, 1992, p. 16).

A retirada dos moradores de São Pedro dos Cacetes, para que as terras fossem devolvidas aos índios causou nos antigos moradores uma revolta e um preconceito para com os mesmos, levando os moradores a ignorar a cultura indígena e todas as suas contribuições para a nossa sociedade.

5 A DINÂMICA DO PROCESSO, AS NEGOCIAÇÕES E ARTICULAÇÕES

O conflito de São Pedro dos Cacetes foi se constituindo a partir de um questionamento. Quem seriam os verdadeiros donos daquela terra? Enquanto os indígenas buscavam recursos históricos e imemoriais para comprovar que eram os verdadeiros donos daquele território, os moradores de São Pedro dos Cacetes afirmavam que a Funai havia invadido aquela área e demarcado além dos seus limites territoriais. Nessa disputa pelo direito a terra revela-se um confronto de territórios.

Ambos os grupos mantinham uma organização para lutar pela terra. Alguns intermediários foram acionados para ajudar a resolver a questão. Dentre eles estavam, o Ministério Público Federal, o Ibama, o Projeto Nordeste, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Grajaú. Como atores principais da disputa estavam os moradores de São Pedro dos Cacetes e os povos indígenas da terra Cana Brava. A população do povoado estava organizada entre pequenos comerciantes, lavradores com título de terra fornecidos pelo Iterma (Instituto de Colonização e Terras do Maranhão), lavradores sem título de terra e lavradores que receberam indenização ao sair do Alto Alegre.

Os comerciantes, usineiros e lavradores que possuíam maior poder aquisitivo, estavam bem mais preocupados com a perda do seu território. Tendo em vista, que iriam sofrer uma grande perda material. Já os moradores que não tinham terra e que trabalhavam em terras alheias tinham uma esperança de que se mudando para outra área conseguiriam uma terra.

No cenário de disputa pela terra haviam lideranças, tanto dos Guajajara quanto dos moradores do povoado e ambos mantinham articulações entre eles. Ambos os grupos definiam entre eles suas estratégias de lutas, alguns mais radicais outros mais flexíveis. A dinâmica do processo também exigiu uma maior atuação dos órgãos públicos tanto do Incra como do Iterma.

No final da década de 70 e início dos anos 80 do século XX, o campo político no qual a disputa em torno da terra Cana Brava se desenrolava era composto dos seguintes atores: índios Guajajara habitantes da terra Cana Brava; moradores do povoado Alto Alegre (colonos, religiosos e capuchinhos), de São Pedro dos Cacetes e de Centro do Meio. Como atores indiretos, estavam os funcionários da Funai Barra do Corda, São Luís e Brasília. A arena da disputa era constituída por um grupo de instituições, tais como o Incra, o Ministério da Agricultura, o Conselho Indigenista Missionário__ Cimi, a Comissão Pastoral da Terra_CPT e a Comissão Pró-Índio do Maranhão e por políticos de Barra do Corda (COELHO, 2002, p. 139/140).

No cenário de disputa pela terra é importante analisar o campo dessa disputa, o sociólogo Pierre Bourdieu no terceiro capítulo do seu livro *Poder Simbólico* (1989) fala da noção de campo sendo este palco das relações objetivas. Segundo Bourdieu as relações do poder estão presentes em todos os campos das relações sociais tanto direta como indiretamente. Para Bourdieu o que configura o campo são as relações de poder e os interesses dos diferentes atores sociais presentes nele. As relações de poder principalmente ligadas ao capital condicionam as relações sociais fazendo assim prevalecer os interesses de quem detém maior capital.

No caso de São Pedro dos Cacetes essas relações foram se configurando no campo de disputas entre indígenas e não indígenas. No entanto, era o Estado que concentrava o poder simbólico mediante esse conflito e só o Estado era capaz de resolver essa situação conflituosa.

“A retirada dos povoados Alto Alegre e Centro do Meio significou uma conquista para os Guajajaras” (COELHO, 2002, p. 203). No entanto, São Pedro continuou dentro da área indígena, os moradores do povoado demonstraram resistência e buscaram forças para permanecer dentro da área. De início permaneceram vitoriosos frente as lutas da primeira fase da disputa pela terra. Por ter saído vitoriosos na primeira parte da disputa pela terra os moradores de São Pedro ficaram cada vez mais confiantes de que não precisariam sair das suas terras, que a solução seria redefinir os limites da área indígena, retirando o povoado desses limites.

No entanto, um fator foi primordial para o rompimento da trégua entre São Pedro dos Cacetes e os indígenas, o Projeto de Lei proposto pelo deputado Yedo Lobão, de 1985 para transformar o povoado em município, ou seja, a emancipação do povoado. De acordo com Coelho (2002, p. 206) “A emancipação do povoado São Pedro dos Cacetes. O projeto que transformaria o povoado em município tornaria irreversível a permanência do povoado”. Ou seja, os indígenas corriam um sério risco de não conseguir recuperar aquele território.

Para os moradores de São Pedro dos Cacetes a emancipação significava uma conquista e garantia de permanência naquela área, e traria status para o povoado o que despertou interesses de algumas lideranças políticas para a disputa. Para os Guajajaras, a emancipação se tornou uma grande ameaça aos limites da terra Cana Brava, tendo em vista, que a criação do município traria crescimento para o povoado. Contudo esse foi o motivo para a retomada imediata da luta.

A disputa pela terra ficou polarizada entre os Guajajara e os moradores do São Pedro dos Cacetes. Ambos lutavam pela garantia do território. Para os Guajajara o território significava o espaço físico e social de acondicionamento de sua identidade étnica/nacional. Para os posseiros o território significava o *locus* no qual se inscrevia a história da construção de um sentimento de comunidade e de produção e reprodução das relações de parentesco e vizinhança (COELHO, 2002, P. 207).

Segundo Coelho (2002, p. 207), “Os objetivos dos atores eram antagônicos: os Guajajara queriam a retirada e os posseiros lutavam por sua permanência”. As estratégias de resistência dos Guajajara foram de extrema importância no processo. Os mesmos souberam usufruir dos seus direitos garantidos pela constituição, assim como souberam explorar estratégias de força, como a interdição da BR-226, a tomada de reféns, e a prisão de agentes federais. Os povos indígenas de acordo com a Constituição de 1988, Arte. 232. "Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo no Ministério Público em todos os atos do processo". Usaram também ações simbólicas como a pintura dos seus corpos, preparados para a guerra e com um objetivo único a desintrusão total da área.

No ano de 1979, o Ministério do Interior, representado pela Funai e o governo do Maranhão firmaram um convenio que determinou a desocupação de dos povoados ilegais dentro da reserva Cana Brava, o povoado Alto Alegre e São Pedro dos Cassetes. O convenio 080/79 foi repassado pela Funai 160 000 000 (cento e sessenta milhões de reais) para a indenização das 1.200 famílias do povoado São Pedro dos Cacetes e do povoado Alto Alegre, e mais a oferta de terras substitutas no vale do Buriticupu, para as famílias que residiam em São Pedro o dinheiro foi transferido no governo de João Castelo. No entanto, apenas os moradores de Alto Alegre em 1981 foram retirados da área, o povoado São Pedro dos Cacetes continuou na área Cana Brava.

Durante o período do conflito é importante ressaltar um acontecimento marcante da época, a Conferência que estava acontecendo na cidade do Rio de Janeiro a ECO 92 ou Rio 92, a conferência contou com a presença de vários chefes de Estado e ONGS e tratava da questão ambiental. Também conhecida como Carta da Terra seu principal objetivo era discutir sobre as possíveis soluções para os problemas ambientais e o clima. Tendo em vista o cuidado com a terra e com o meio ambiente está atrelado ao cuidado que as populações indígenas têm com o seu local de vivencia cuidado e preservação, essa conferência foi de extrema importância para o estado de posicionar mediante o conflito.

Não obstante, o caso não andava bem para São Pedro dos Cacetes. Em 29/10/92 o resultado da demarcação de 1977 foi homologado pelo decreto nº 246. Em março de 1992, foi cortado a energia elétrica do povoado por ordem jurídica. E em 12/06/92, durante a ECO-92 o Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a União e o Estado do Maranhão impondo a transferência da população de São Pedro dos Cassetes para outra área não-indígena no prazo de 180 dias. (SCHRÖDER, 1991-1995, P. 450).

Mesmo com essa deliberação a situação no povoado ficava cada vez mais tensa, os moradores de São Pedro dos Cacetes, segundo relatos de um morador do povoado, sequestraram 7 indígenas da aldeia Crioli. Os indígenas sequestrados foram mantidos como reféns no povoado, e só foram soltos após algumas negociações feitas entre os moradores do povoado, com o governador Edson Lobão.

O sequestro foi feito com o intuito de conseguir negociações para a permanência no povoado, foi uma forma que os moradores encontraram de chamar a atenção das autoridades. Tendo em vista, que as mesmas não estavam atendendo aos chamados da população.

De acordo com a fala de um morador, um dos representantes da comissão dos moradores do povoado São Pedro dos Cacetes, seu Moacir, uma das lideranças que participava das negociações em defesa dos direitos da população daquele povoado, o povoado já havia sido demarcado no ano de 1945, pelo SPI (serviço de proteção ao indígena), e que nessa data o povoado já foi inserido dentro da área da reserva indígena Cana Brava. Ainda segundo esse morador no ano de 1970 já ocorreu o segundo levantamento da área, período em que a área foi demarcada novamente e homologada pelo governador da época.

A base da reivindicação dos Guajajara foi o cumprimento do Convênio 080/79, tendo em vista que os mesmos desejavam explicações sobre os recursos que foram liberados para o cumprimento do mesmo. Contudo foram organizadas diversas viagens para São Luís para que o poder público resolvesse os problemas oriundos da disputa pela terra. Pressionando as autoridades para retirarem os moradores do povoado. No entanto, cada ação realizada pelos povos Guajajara, os moradores do povoado reagiam no intuito de permanecer no povoado.

Os Guajajara organizaram várias viagens a cidade de São Luís com o intuito de cobrar o cumprimento do Convênio, procuravam instancias do poder público com o intuito de resolver seus problemas. Os moradores do São Pedro dos Cacetes também possuíam uma organização política participando de reuniões em São Luís para garantir a sua permanência no povoado. Os dois grupos tinham uma forma de luta semelhantes ambos aproveitando de situações e sendo sempre ofensivos em suas defesas. Coelho (2002) destaca uma ação dos povos indígenas frente as autoridades federais:

Os Guajajara estiveram no Ministério da Justiça solicitando que fosse feito um pedido de embargo relativo a emancipação do povoado São Pedro dos Cacetes (22/12/1985). Este foi o primeiro recurso judicial utilizado pelos Guajajara. A Procuradoria-Geral da República entrou com uma ação contra a criação do município de São Pedro dos Cacetes e o Supremo Tribunal Federal suspendeu, por medida liminar, o ato de sua criação (COELHO, 2002, p. 209).

Segundo Coelho (2002), os Guajajara durante uma operação feita na Terra Cana Brava que investigava o tráfico da maconha realizaram uma operação e mantiveram como reféns alguns policiais federais, que logo foram liberados, porém, os indígenas permaneceram de posse de suas armas, que só seriam devolvidas após a retirada dos moradores do povoado. No entanto, os moradores do povoado sequestraram 7 indígenas, com esse ato dos moradores de São Pedro os indígenas devolveram as armas na cidade de Brasília com a garantia de uma investigação sobre sequestro efetuado pelos moradores do povoado.

O ato feito pelos povos indígenas teve grande repercussão e serviu para mostrar a força dos Guajajara frente a disputa, os Guajajara também atacaram os brancos, saqueando suas roças, destruindo suas plantações, e não deixando os mesmos trabalharem nas terras, atacaram também dois povoados Pau Ferrado em 1983 e Novo Oriente, em 1983 (COELHO, 2002, p. 210), o ataque ao segundo povoado foi uma resposta ao assassinato de dois Guajajara. Esses ataques eram uma forma de mostrar que os indígenas “não estavam para brincadeiras” e que só iriam sossegar com a retirada dos moradores do povoado.

Durante esses ataques às plantações, ocorreu a morte de um posseiro. Segundo Coelho (2002), outra estratégia de grande impacto dos Guajajara foi em novembro de 1992, o bloqueio da BR-226 que liga Barra do Corda a Grajaú, os Guajajara mantiveram cerca de 400 pessoas reféns em resposta a morte de um deles:

Os índios revoltados com a morte do filho do cacique da aldeia, Augusto Pereira, 20 anos, casado, três filhos, decidiram interditar a rodovia BR-226, que liga Barra do Corda a S. Luis e prender os brancos como reféns. Eles exigem a presença do Ministério da Justiça e do Governador do Estado, para obterem a garantia de que os moradores da comunidade de S. Pedro dos Cassetes serão transferidos do Povoado (*O Estado do Maranhão*, 5/11/1992, Apud COELHO, 2002, p. 210-211).

Os indígenas não aceitavam negociações com terceiros, apenas com quem os mesmos haviam solicitado, deixando como reféns vários veículos que que passavam no local, segundo Coelho (2002), com esse ato os Guajajara conseguiram a Homologação da Terra Cana Brava e seu registro no SPU (Secretaria do Patrimônio da União), o que significava para as disposições legais a terra era indígena.

Após essa nova demarcação seu Moacir 62 anos comerciante reconhece que não teria mais jeito, teriam que sair da área, pois a mesma pertencia aos indígenas, então os moradores do povoado passaram a se articular, procurando órgãos de representação para que pudessem “sair do povoado com dignidade” como é expressado na fala do morador.

[...] Nós não queria conflito armado, nós não queria briga, nós queria resolver o problema desde que não perdesse vida humana nem por um lado nem pelo outro, foi o trabalho que a gente fez reconhecendo os direitos de cada um tanto do lado como do outro, pra não haver um confronto. Por que terra não paga vida. Eu foi um dos que articulava muito isso, não adianta briga, não adianta confusão por que terra não vai pagar vida. E depois morrer 5 ou 10 ou 20 ou 30 tanto de um lado quanto do outro isso não vai valer a pena, o que vale é resolver o problema sem perder vidas humanas [...] (morador do povoado).

A preocupação da população de São Pedro dos Cacetes sempre foi a resolução do conflito de forma pacífica sem mortes, o que segundo os moradores prejudicaria ambos os lados da disputa, como é colocado na fala do morador “terra não paga a vida”.

Deste modo as reivindicações dos moradores foram se modificando durante a disputa, a permanência no povoado que era a o objetivo inicial, foi substituído pela luta em favor de condições dignas de reassentamento em outra localidade, com as mesmas condições que dispunham em São Pedro dos Cacetes. Após perceber que a sua permanência no povoado era causa perdida, os posseiros juntamente com os seus aliados através de reuniões decidiram que iriam lutar por um novo povoado.

Os moradores de São Pedro dos Cacetes passam a reivindicar que o povoado fosse transformado em município e para isso os posseiros, utilizaram uma nova estratégia que foi a obtenção de títulos de terras que ficavam próximas a área da reserva Cana Brava. Segundo Coelho (2002, p. 213), o Iterma loteou durante os anos de 1982, 1983, 1984 e 1985 uma área devoluta beneficiando os moradores de São Pedro. No entanto, essa conquista dos posseiros significava uma chance de permanência no povoado, e mais uma vez a trégua entre os Guajajara e os posseiros foi rompida. Os Guajajara ainda tentaram impedir a titulação das terras, mas, não conseguiram pelo fato das terras não estarem dentro das áreas da reserva Cana Brava.

Com a conquista da terra para o trabalho nos arredores da área Cana Brava os moradores do povoado passaram a disputar com os Guajajara a terra de moradia tendo em vista, que a área Cana Brava seria utilizada apenas como área urbana do município. Segundo Coelho (2002),

Ainda como parte de efetivação do município foram executadas ações para ampliar a sua infra-estrutura urbana e a arregimentação de novos moradores, com o intuito de reforçar a população. Foram construídos prédios públicos tais como escolas, mercado e cadeia. Foram instalados a rede elétrica, a torre de transmissão do sinal de televisão e o posto telefônico (COELHO, 2002, p. 213).

A instalação da energia elétrica que ocorreu após a homologação da área significou para os moradores do povoado uma nova chance de permanência no povoado, tendo em vista, que possibilitou a comunicação do povoado com outros locais. Essas conquistas foram obtidas graças a união entre posseiros e políticos da região. No entanto, os Guajajara viam o peso político daquela ação e começaram a se posicionar contra a mesma, e no ano de 1992 os Guajajara conseguiram uma ação juntamente com a Polícia Federal que foi o desligamento da rede de energia elétrica do povoado, ação essa que segundo Coelho (2002), foi vista por um deputado aliado aos posseiros como violenta e desrespeitosa a população.

A ação do desligamento da rede elétrica foi uma ação vitoriosa para os Guajajara. Contudo os posseiros buscaram sensibilizar as autoridades, usando o argumento de que o povoado havia sido invadido pela Funai, para isso os posseiros contaram uma história que o povoado era tão antigo como as cidades de Barra do Corda e Grajaú (COELHO, 2002),

“São Pedro dos Cacetes é tão antigo quanto Grajaú e Barra do Corda e são habitados desde o século XVIII. O primeiro a ser habitado foi Grajaú, depois Barra do Corda e por último São Pedro dos Cacetes, que antes chamava-se Cacetes. No século XVIII os índios eram nômades, e sobreviviam da caça e da pesca no rio. Onde existiam facilidades para sobreviverem, isso prova que em São Pedro dos Cacetes, por ficar distantes dos rios e por não existir nem mesmo uma lagoa, não habitava índios por lá”

O trecho citado encontra-se em um documento elaborado por Edimilson Veras Bazerra, morador do povoado, enviado para o governador do estado do Maranhão, em 1992. (Coelho, 2002, p.215).

Os moradores buscaram com essa ação a tentativa de permanência no povoado, no intuito de provar que o mesmo não tinha sido habitado por indígenas. No âmbito da disputa os posseiros lutavam na justiça para destruir o Convênio 080/79, e de manter a rede de energia elétrica no povoado. Contudo novos ataques foram feitos sobre os indígenas, como morte, sequestros e espancamentos. Mesmo com todos esses conflitos, segundo um administrador da Funai, a Polícia Militar não demonstrava interesse em solucionar e apurar os fatos ocorridos com os indígenas.

No decorrer da disputa as principais redes de apoio dos posseiros eram os políticos municipais e estaduais. A prefeitura de Grajaú e a Câmara de vereadores. A prefeitura de Grajaú demonstrou apoio total a causa dos posseiros, que viam a atitude da Funai na demarcação da terra indígena Cana Brava uma atitude ilegal. Em entrevista ao prefeito de Grajaú nessa época do conflito o senhor Milton Gomes, falou do apoio da prefeitura aos moradores do povoado,

Milton Gomes ex prefeito da cidade de Grajaú em sua fala diz que a demarcação feita pela Funai era ilegal,

[...] A Funai na época usou de má fé, que demarcou a área fechando o São Pedro sem o povo tomar conhecimento. Depois o governador homologou, governador Lobão na época depois ele homologou, no momento que homologou é fatal. Aí começaram as ameaças de saí não saí, aquele negócio saí não saí, daí eu comecei a construir o São Pedro de novo o São Pedro já tinha uma boa parte deteriorada. Passei a gostar do São Pedro a carência que aquele povo tinha precisava de políticos responsáveis. Lá tinha 735 casas contadinhas para poder a gente discutir nas reuniões com o ministro do interior, o presidente da Funai, o governador com gente do governo que tinha a tendência de tirar o São Pedro dos Cacetes. Isso foi discussões e mais discussões, mas na verdade não houve conflito os índios não bateram de frente com os brancos não, não houve. [...] (morador do povoado).

Ainda segundo Milton Gomes quando questionado sobre o apoio da prefeitura de Grajaú ao povoado,

[...] Eu tomei cuidado para que não acontecesse o conflito entre São Pedro, os homens de estavam totalmente armados preparados pra uma briga, e é o que eu não queria, nunca pensei isso aí. Mas, de Brasília e São Luís nos rodamos muito e questionamos muito essa questão. O povo do São Pedro me dava muita força, muito apoio, eu tinha muito apoio deles. Eu cheguei a ponto de dizer para as autoridades, ministro do interior, governador, representante do governador, chefe de gabinete, olha no meu município a maior autoridade sou eu, quem manda lá sou eu, enquanto eu for prefeito o São Pedro dos Cacetes não acaba, a verdade é essa. Moral da história quando terminou meu mandato a dona Lenilce assumiu e ela disse que não ia brigar com ninguém por essa questão, e começaram se aproximar o povo da Funai pra tirar o pessoal [...].

Os posseiros tiveram o apoio tanto da Prefeitura de Grajaú, que alegava que a demarcação feita pela Funai era ilegal, e pediam uma nova demarcação alegando que a primeira era administrativa e que queria uma demarcação judicial, alegavam que a demarcação administrativa prejudicava o Município de Grajaú.

O apoio da Câmara de Vereadores de Grajaú se deu porque haviam dois vereadores do município que moravam no povoado. No entanto, o apoio da Câmara dos Vereadores já foi a partir de reivindicações frente ao remanejamento do povoado para outra localidade, com o intuito de garantir direitos que beneficiassem os posseiros. “A luta não era mais pela

permanência no povoado, mas por transferência para um local digno, de forma que as perdas fossem minimizadas” (COELHO, 2002, p. 220).

Nesse momento da disputa a maioria dos moradores de São Pedro já haviam aceitado a retirada do povoado, somente alguns moradores não aceitavam a saída, entre eles um vereador do povoado, que segundo relatos de moradores do povoado foi o último a deixar o local, por não aceitar a perda daquele território. Os moradores se articularam e buscaram apoio do governo do estado, CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil) e Sindicatos dos Produtores Rurais.

Nesse momento a organização dos moradores foi em prol de encontrar uma nova localidade para que pudessem recomeçar suas vidas. Os moradores se reuniram para lutar por um outro povoado, segundo relatos dos moradores foram feitas reuniões entre os moradores para decidir o local onde seriam reassentados. Segundo o morador havia uma equipe formada que lutava pela garantia dos direitos dos moradores do povoado entre ele estavam Sr Moacir, Salomão, Edmilson Veras, a população em geral, representantes como agricultores, comerciantes, a igreja e os sindicatos. As questões eram discutidas por um grupo e sempre prevalecia a decisão da maioria da população.

Durante a escolha das áreas para os moradores serem reassentados houve uma votação nas urnas como relata o morador do povoado seu Moacir, segundo ele foram colocadas as áreas para que os moradores escolhessem para onde ir dentre essas áreas estavam Pau Ferrado, Balaio, Boca Larga e Remanso, segundo o morador o povoado Remanso teve 70% dos votos. De acordo com esse morador algumas pessoas conheceram o povoado durante uma visita feita antes da votação.

Segundo o morador Remanso era a área mais indicada para o remanejamento tendo em vista, a sua área de 8.000 hectares, e por estar privilegiado estar no centro entre a BR-226 e o rio Mearim, e também por possuir eletricidade.

6 O DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO E O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO, COMO SE CONSTROEM NA NOVA LOCALIDADE

No ano de 1995 após muitos embates e lutas na justiça os moradores de São Pedro dos Cacetes recebem a ordem para saírem do povoado. Segundo Coelho, remanso, significa “cessação de movimento, parada, pausa, repouso, paz, sossego, tranquilidade, quietação”. Este é o nome do novo território destinado aos moradores de São Pedro dos Cacetes” (2002, p. 247).

O remanejamento dos moradores de São Pedro dos Cacetes para o povoado Remanso foi marcado por disputas entre órgãos públicos (COELHO, 2002, p. 248). Os projetos de remanejamento da população de São Pedro foram elaborados pelos agentes do Iterma e da Superintendência de Assuntos Indígenas do governo do estado. De acordo com (COELHO, 2002),

O projeto conceitual do Iterma, para a gleba Remanso, foi elaborado a partir de seis reuniões com moradores do povoado, duas de mobilização e quatro de elaboração do projeto. Segundo esse projeto, teriam acesso ao lote urbano Remanso 457 famílias, incluindo os filhos recém-casados. Seriam excluídas 23 famílias que não haviam produzido nos últimos anos e 86 proprietários residentes em Grajaú e outras localidades. Com relação ao lote rural foram excluídas 111 famílias. Foram excluídos os que já eram proprietários de outros lotes rurais ou então eram comerciantes. Também não tiveram acesso aos lotes rurais os políticos, os funcionários públicos e as famílias que não haviam produzido nos últimos anos (COELHO, 2002, p. 248).

O projeto denominado Nova São Pedro dos Cacetes, foi elaborado em março do ano de 1995, o projeto foi elaborado pela Superintendência de Assuntos Indígenas do governo do estado, o Iterma, e que deveria ser executado durante três anos. O mesmo foi supervisionado por um conselho formado por um técnico do Iterma, outro da Emater (Empresa Maranhense de Terras), um representante da prefeitura de Grajaú e cinco representantes da comunidade. De acordo com (COELHO, 2002),

Este projeto assentaria 295 famílias, em lotes familiares de quinze hectares, sendo realizados os serviços necessários a implementação das atividades produtivas, ao longo do primeiro semestre de 1995. Até o final de 1997, todos os segmentos deveriam estar implementados e consolidados (COELHO, 2002, p. 248).

Segundo relatos de moradores, os moradores que participaram da elaboração e fiscalização do projeto foram orientados tanto pelo Bispo de Grajaú Dom Serafim, como por uma promotora que representava o Ministério Público. No projeto os moradores exigiam que

no novo povoado que ia ser construído teria a mesma estrutura de São Pedro dos Cacetes, em Remanso deveria ter uma delegacia, posto de saúde, poço artesiano, escolas, correio, mercado onde ocorria uma grande feira, campo de futebol, essa foi uma das exigências dos moradores que resistiam para permanecer no povoado.

Um fato importante durante o processo de remanejamento foi a superposição do governo do Estado durante a execução do projeto a elaboração de duas propostas que objetivavam o mesmo fim, sem que não houvesse trocas de informações entre os dois órgãos, alguns moradores em acordo com a Superintendência, optaram por receber indenizações em espécies, recusando a proposta de ir para o assentamento Remanso.

De acordo com (COELHO, 2002, p. 249), durante a execução do projeto a Funai iniciou o pagamento das indenizações aos moradores do povoado, o que foi visto como algo negativo que causaria complicações durante a execução do projeto, segundo os moradores a saída antecipada desses moradores prejudicaria na execução do projeto, os mesmos acreditavam que poderiam perder força durante o remanejamento e o cumprimento das reivindicações feitas pelos moradores. O que segundo Coelho (2002, p.249), tal atitude da Funai foi vista tanto pelo assessor do governo do Maranhão, quanto pelo presidente do Iterma que reclamaram a falta de respeito com as decisões que teriam sido tomadas em conjunto.

Segundo (COELHO, 2002, p.249), o pagamento das indenizações antecipadas causou um grande problema para os moradores, quando os mesmos recebiam a indenização tinha um curto prazo para desocupar suas casas e na maioria dos casos recebiam uma indenização muito aquém do seu valor das suas benfeitorias, o que ocasionou desses moradores ficarem abrigados nas periferias da cidade de Grajaú, sem as mínimas condições de sobrevivência.

Segundo (COELHO, 2002, p. 249), em resposta aos acontecimentos o Superintendente para Assuntos Indígenas do governo do Maranhão falou em uma entrevista e um jornal denominado Opinião Pública em abril de 1995, o superintendente para assuntos indígenas do governo estadual afirmando a extinção do povoado:

De acordo com (COELHO, 2002, p. 249), essa foi a fala do superintendente na entrevista, “Como povoado ele não existe mais. O que existe lá atualmente são 85 famílias remanescentes do antigo povoado de 511 famílias estão a título precário, aguardando que o governo do estado dê condições de fixação para elas na área chamada Remanso próximo ao município de Grajaú” (Entrevista, 27/4/1995 apud, COELHO, 2002, p. 249).

Segundo (COELHO, 2002, p. 249), é possível que a pressa da Funai para a retirada dos moradores, tenha sido motivado por pressões dos Guajajara.

Um outro problema encontrado durante o remanejamento da população foi em relação as indenizações aos valores pagos, as avaliações são feitas com base são as terras, áreas de cultivo e benfeitorias, avaliados segundo tabelas construídas pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) alguns objetos ou posses não são considerados como bens, como exemplo arvores nativas enfim o que causa na população um sentimento de perda incalculável.

Os pagamentos das indenizações ocorriam da seguinte maneira, uma equipe do Estado liderada pelo Iterma coordenada pelo Coronel Monteiro, a comissão era composta por integrantes do Estado e do município para avisar aos moradores sobre a sua retirada do povoado São Pedro, após um levantamento feito pelos membros do Iterma faziam um levantamento dos bens de cada morador para estipular o valor de sua indenização, após o levantamento quando os moradores iam até a cidade de Barra do Corda para receber a sua indenização, depois de receber a indenização os moradores tinham quinze dias para saírem de suas antigas casas.

Durante minhas visitas aos moradores durante as entrevistas alguns moradores falavam das dificuldades encontradas para recomeçar suas vidas em remanso, tendo em vista, que algumas famílias não receberam a indenização correta pelos seus bens, durante uma entrevista um morador do povoado seu Antônio (60) anos relatou que algumas famílias apesar de suas casas terem sido avaliadas não foram indenizados e outros receberam 44 reais de indenização, outros 60, 70, 80, 100 reais segundo relatos de moradores 30% da população receberam esses valores o que não dava nem para pagar o carro para trazer suas mudanças.

Algumas famílias receberam uma indenização melhor como relata o casal Dona Amélia e o seu esposo Patrício ao falarem sobre a indenização após a ordem de saída dos moradores, dona Amélia afirmou durante a minha visita em sua casa, que produtores que possuíam muitas plantações, ganharam muito mais dinheiro, como é o caso de seu vizinho, que foi indenizado com 30 mil reais, ao passo que este casal ganhou somente 600 reais, dinheiro que só dava para o frete do carro levar seus pertences.

Segundo relatos dos moradores que visitei durante a pesquisa, o que era valorizado era apenas os pastos de gado e os cajueiros os grandes produtores de terras que foram bem indenizados enquanto que os demais moradores não receberam quase nada de indenização muitos dos que receberam uma indenização abaixo de 100 reais foram ajudados pelas associações que existiam no povoado, como a Associação da Terra Prometida que ajudou os moradores durante o remanejamento, outros foram ajudados por suas famílias a trazer a sua mudança para o povoado Remanso.

Nos relatos dos moradores podemos ver o sofrimento dos mesmos ao deixarem suas antigas terras. Na entrevista que fiz com o morador que é conhecido como Sr. Zezinho, 66 anos e sua esposa Laudeci (57 anos), que moraram em São Pedro dos Cacetes por cerca de 40 anos, que relataram um pouco do dia-a-dia. Ele contou que a terra era muito boa para plantar. Sobre a convivência com os índios, segundo ele não havia índios morando por lá, pois moravam um pouco distante em outros povoados, mas eles sempre iam a São Pedro para o mercado, afirma ainda que não existia conflito entre índios e brancos.

Sobre a saída da antiga morada, Seu Zezinho relatou que uma vez ou outra surgiam boatos que os brancos teriam que sair de lá, porém os políticos diziam “podem trabalhar que São Pedro é de vocês, podem trabalhar”. É notável a tristeza do lavrador ao contar que a terra onde eles viviam era muito fértil, e que deixou uma grande roça para traz. Dona Laudeci, nos conta que os políticos já sabiam que eles teriam de abandonar o local, mas ainda assim diziam que não, e que por esse motivo não gosta de políticos.

A chegada ao Remanso para ele foi dolorosa, pois saiam de um lugar que tinha “tudo” e chegavam a outro que não tinha “nada”. O lavrador afirma que quando chegaram no Remanso não havia água encanada e que tinham de buscar água no rio, pois havia um poço construído, mas este estava lacrado e os moradores não podiam pegar água, ao passo que a energia era “gambiarra” que uma tinha no outro já não tinha.

Segundo Laudeci, Roseana Sarney prometeu entregar a todos os moradores uma casa pronta, mas na verdade eles receberam apenas alguns materiais que segundo ela são de péssima qualidade. A moradora também reclama do lugar onde foi marcado o povoado, pois segundo ela “nem é na beira da estrada, nem na beira do rio e estamos nós aqui sofrendo”.

Na fala de outros moradores podemos ver mais sofrimento moradores de Remanso e ex-moradores de São Pedro dos Cacetes denominados Sr. Patrício e Sra. Amélia. Este casal, que morava em São Domingos do MA, e mudaram-se no ano de 1975, viveu em São Pedro dos Cacetes por 18 anos. Chegaram a São Pedro sendo pais de 5 filhos. O referido casal está junto há 58 anos. Ambos disseram não saber muito da história de São Pedro dos Cacetes. Muito religiosa, dona Amélia diz ser apaixonada pelas coisas de Deus.

Durante a visita que fiz a casa de Dona Amélia e seu esposo e perguntei como era a vida deles no povoado o casal iniciou sua fala contando de sua rotina em São Pedro dos Cacetes. Dona Amélia afirmou que trabalhava na roça, mas também lavando roupa dos outros para ajudar o esposo. Ela disse que após iniciar a questão da FUNAI, isto é, que lá era terra da FUNAI, os boatos tomaram de conta a partir de 1975, especialmente no período de colheitas: “agora os caboclos vão tomar tudo!” “nós temos que sair porque a terra não é nossa”, enquanto

os políticos diziam, “podem aquietar, pois não vai ter nada não, é só história”. Assim, relatam que o sofrimento durou muitos anos.

Sobre a indenização após a ordem de saída dos moradores, dona Amélia afirmou que produtores que possuíam muitas plantações, ganharam muito mais dinheiro, como é o caso de seu vizinho, que foi indenizado com 30 mil reais, ao passo que este casal ganhou somente 600 reais, dinheiro que só dava para o frete do carro levar seus pertences. Esta família, com ajuda da igreja, mudou-se e começou a refazer sua vida em Barra do Corda. No entanto, passados três anos e três meses, alguns materiais advindos do Governo do Estado possibilitaram a construção de sua própria casa e inauguraram um poço artesiano. Desta forma, a família mudou-se para seu atual lugar, o Povoado Remanso.

Após a chegada ao Remanso, como relatou o Sr. Patrício, foram plantadas duas roças por ele, mas afirma isto ser impossível atualmente por conta do seu problema de visão. As plantas, como pés de jambo e manga, existem no próprio e espaçoso quintal da sua casa. Ainda sobre a produção, os moradores relataram que as terras de São Pedro eram superiores para a plantação de arroz, ao passo que o Remanso, ruim produtor de arroz, é próprio para a plantação de árvores frutíferas, feijão e mandioca.

Ao se falar em relacionamento com os indígenas, o casal relatou, que não haviam conflitos entre índios e “brancos” em São Pedro dos Cacetes, uma vez que lá aparentava não morarem índios, mas apenas se viam quando iam à feira de São Pedro, por exemplo. O conflito originou-se a partir de uma retaliação indígena contra o assassinato de um por um “branco”. Em contrapartida, foram sequestrados e “entocados” alguns indígenas por pelo menos cinco dias pelos “brancos”. Assim, iniciou-se os conflitos com teor violento. Perguntados sobre o relacionamento atual com os índios, os moradores dizem não haver problemas.

E sobre sua vida atual no povoado, os moradores preferem o Remanso, pois com a saída traumatizante de São Pedro dos Cacetes, não encontram “graça” em voltar ao antigo povoado, pois acima de tudo as pessoas se dão bem no Remanso.

Nas falas dos moradores podemos observar que a mudança para outro local trouxe uma mudança no modo de vida da população mudanças na agricultura como o plantio de arroz que era comum em São Pedro foi substituído pelo cultivo do feijão e mandioca. Na fala também observamos a falta de apoio dos políticos da época para com a população que ao chegar no Povoado Remanso tiveram que morar em barracos feitos de lonas e cobertos por palhas, tinham que ir buscar água na beira do rio que fica a 4 km do povoado, muitos moradores passaram muitas necessidades e afirmam que apenas uma autoridade ajudou os moradores na sua chegada

ao Remanso que foi uma promotora da cidade de Barra do Corda, Lídia que fez a doação de cestas básicas para as 80 famílias que se encontravam no povoado.

Segundo os moradores, para conseguirem alguns direitos tiveram que ocupar a prefeitura da cidade de Grajaú para que o governo fazer a demarcação da terra e dá início a construção do povoado, enquanto isso os moradores sofriam no povoado Remanso esperando as melhorias do lugar.

Segundo relatos dos moradores que visitei durante a minha pesquisa foi prometido pelos políticos que tudo que tinham em São Pedro dos Cassetes fariam em Remanso que seria construída uma cidade para abrigar os moradores no novo povoado, isso foi prometido para as 80 famílias que resistiam para não sair do povoado, o povoado que tinham 600 famílias restaram apenas 80 famílias que resistiam a retirada, com o apoio da promotora Lídia e o Bispo Dom Serafim fizeram um acordo com o governo que para que tudo que existia em São Pedro as ruas empisarradas, as escolas, postos de saúde fossem construídos em Remanso com esse acordo as 80 famílias deixaram o povoado São Pedro, porém, é sabido que as promessas não foram cumpridas e que Remanso ainda precisa de muitas mudanças.

Na fala dos moradores observamos o descaso do governo do estado com o remanejamento da população, tal descaso pode ser compreendido como Almeida (1996) denomina de deslocamento compulsório que ocorre quando,

O conjunto de realidades factuais em que pessoas, grupos domésticos, segmentos sociais e/ou etnias são obrigados a deixar suas moradias habituais, seus lugares históricos de ocupação imemorial ou datada, mediante constrangimentos, inclusive físicos, sem qualquer opção de se contrapor e reverter os efeitos de tal decisão, ditada por interesses circunstancialmente mais poderosos (ALMEIDA, 1996, p. 30)

A falta de responsabilidade do governo do estado com a população, segundo a fala dos moradores causou consequências no seu remanejamento para o novo povoado, alguns moradores quando chegaram em Remanso passaram por muitas necessidades e tiveram que ir ajudando uns aos outros. O descaso do governo do estado causou em muitos moradores uma revolta contra os políticos, que haviam garantido que os moradores sairiam de São Pedro com dignidade do povoado. Durante minha pesquisa eu pude constatar que os mesmos políticos enganavam os moradores, mesmo sabendo que o povoado deveria ser entregue aos indígenas, alguns políticos da localidade e da cidade de Grajaú agiam de má fé dando falsas esperanças aos moradores para ganhar apoio nas eleições. Prometiam algo que os mesmos não poderiam cumprir, a permanência do povoado São Pedro dos Cacetes.

Com relação aos indígenas os moradores reconheceram que o território deveria ser entregue aos Guajajara e expressaram isso em um comunicado a opinião pública, 16/7/1998,

Entendemos que as terras de São Pedro dos Cacetes devem ser entregues PACIFICAMENTE AOS ÍNDIOS GUAJAJARA. Com eles, pobres como nós _ mais defendidos e organizados do que nós_ nos alegamos pelas suas terras reconquistadas. Gostaríamos que os índios Guajajara também se alegrassem conosco pela conquista, de nossa parte, da TERRA PROMETIDA e que nos ajudassem a conseguir, também, nós, este sonho tão necessário para nossa sobrevivência e para o pacífico convívio entre esses dois POVOS'' (COELHO, 2002, p. 250-251).

Na fala dos moradores percebemos que mesmo tristes por terem que sair de São Pedro dos Cacetes, os moradores reconheceram que aquele território pertencia de fato aos povos indígenas. Deste modo os moradores passaram a vê Remanso como uma oportunidade para recomeçar suas vidas, e passaram então a lutar em prol da construção do novo povoado.

O conflito entre os moradores de São Pedro dos Cacetes e os Índios Guajajara teve uma longa duração, cerca de 26 anos de conflito onde os moradores lutavam pela posse da terra, e os povos indígenas lutavam pela recuperação das terras que eram suas por direitos assegurados pela lei constitucional.

O conflito teve uma repercussão mundial, tal repercussão fez com que o governo tomasse uma atitude mediante ao cenário mundial, as relações entre o governo do estado do Maranhão, com o governo federal e com os organismos internacionais de financiamento dentre eles o Banco Mundial, pressionou os governos a tomarem medidas em favor das populações indígenas que há muito tempo já vinham sofrendo perdas de seus territórios.

As pressões internacionais foram essenciais para a resolução deste conflito e um evento importante acelerou ainda mais o ritmo de trabalhos do governo do estado para o remanejamento da população. Segundo (COELHO, 2002, p. 241),

A Constituição Brasileira de 1988 havia estipulado o ano de 1993 como prazo final para que todas as áreas indígenas fossem demarcadas. Por outro lado, o ano de 1993 começou sobre os auspícios de uma simbologia especial: foi instituído pela Organização das Nações Unidas ONU como o ano Internacional dos Povos Indígenas. Isso significou que, especialmente neste ano, as atenções do mundo formam voltadas para esses povos (COELHO, 2002, p. 241).

Diante dessas pressões estaduais o governo do Estado do Maranhão criou uma assessoria para assuntos indígenas, com o intuito de resolver a questão dos moradores e os indígenas. O Banco Mundial foi quem financiou o remanejamento da população financiando o projeto de construção do povoado, e pressionando o governo para não acontecer novamente o que aconteceu durante o Convênio de 080/79, onde houve o desvio dos recursos que eram

destinados ao remanejamento da população de São Pedro dos Cacetes no ano de 1979, ano em que o conflito já era para ter sido resolvido evitando assim tantos transtornos entre ambas as partes.

7 CONCLUSÃO

A saída dos moradores do Povoado São Pedro dos Cacetes para o povoado Remanso foi uma conquista para os Guajajara que mediante as muitas lutas conseguiram fazer valer os seus direitos garantidos pela Constituição. Tendo em vista que esse povo é reconhecido pela sua luta por direitos, segundo Oliveira, “As comunidades indígenas vêm a se transformar em uma coletividade organizada, formulando, uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (OLIVEIRA, 1997, p. 56).

A terra recuperada pelos indígenas não foi apenas a recuperação de uma terra comum, mas a recuperação de um território o seu habitat natural, tendo em vista que esses povos vêm lutando a mais de quatrocentos anos pelas suas terras pelos seus direitos.

O conflito ocorrido mostra o descaso por parte do Estado na resolução do conflito, deixando que o mesmo se estendesse por bastante tempo. O que ocasionou a rivalidade entre os indígenas e moradores do povoado, essa rivalidade se transformou em preconceito, preconceito esse que ainda é presente no povoado Remanso. No entanto, tanto os povos indígenas quanto os moradores de São Pedro foram vítimas do descaso do Estado na demora em resolver o conflito.

O deslocamento para Remanso causou nos moradores um sentimento de tristeza, tendo em vista, que no antigo povoado foram construídas relações simbólicas, com os amigos, vizinhos, com os entes queridos que foram morar em outras cidades e com os seus entes queridos que ficaram enterrados naquele território. E também pelas mudanças na agricultura, tiveram que mudar algumas formas de cultivos, devido a mudança de solo, as mudanças no comercio, segundo relatos dos moradores o comercio de São Pedro era muito bom principalmente a feira do povoado. No entanto, essa saída foi vista pelos moradores como uma vitória, tendo em vista, que os mesmos saíram de um território para outro território através da sua resistência e luta por seus direitos os moradores conseguiram outro local de morada, diferente de outros conflitos onde moradores perderam seu território e não conseguiram outro lugar de morada, como aconteceu no povoado Alto Alegre.

Hoje em Remanso segundo as falas dos moradores durante as entrevistas que fiz, os mesmos dizem gostar muito de viver em Remanso. O povoado fica próximo a Grajaú, quase um bairro da cidade, fica próximo ao rio Mearim, é plano e muito bonito. A maioria dos

moradores ainda sentem saudades do povoado São Pedro, mas, vivem muito bem no povoado Remanso.

Recentemente no povoado Remanso os moradores convivem pacificamente com os Guajajara que moram em uma área do outro lado do rio Mearim, a rivalidade que antes era muito forte hoje não é mais como antes, algumas famílias indígenas vivem no povoado, os seus filhos estudam na escola com os brancos e possuem uma boa relação entre ambas as partes. Hoje em Remanso os moradores vivem em boas condições, muitos deles melhores do que viviam em São Pedro.

Os moradores de Remanso ainda guardam lembranças de São Pedro dos Cacetes e ainda mantem uma forte relação com os amigos que foram morar em outras localidades. Recentemente foi criado um grupo no whatsapp para relembrar do antigo povoado, com a criação desse grupo foi organizado um encontro entre os moradores de São Pedro dos Cacetes no povoado Remanso no dia 23 de julho de 2019 na residência do Sr Pedro Canela, a festa ocorreu durante todo o dia com um churrasco e um almoço e durante a noite com o show de uma banda de Grajaú. A ideia da festa surgiu de um ex morador do povoado São Pedro dos Cacetes que hoje reside na cidade de Itaipava, município de Grajaú, que pensou na festa como uma possibilidade de reencontrar os antigos moradores e relembrar da vida no povoado São Pedro dos Cacetes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização**. In: Travessia. maio/agosto, 1996.

BARROS, Clóvis de Barros. “A sociologia de Pierre Bourdieu e o campo da comunicação”: **Uma proposta de investigação teórica sobre a obra de Pierre Bourdieu e suas ligações conceituais e metodológicas com o campo da comunicação**. Tese de doutorado, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2003.

BARROS, Marcelo. **Conflito de terras em áreas indígenas: o caso Guajajara/São Pedro dos Cacetes**. Desenvolvimento & Cidadania, São Luiz: Instituto do homem, n. 5, p. 15-17, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

COELHO, Elizabeth Maria Bezerra. **Territórios em Conflito: a dinâmica da disputa pela terra entre índios e brancos no Maranhão**. São Paulo: Hucitec, 2002, 349p.

Constituição da República federativa do Brasil de 1988. São Paulo: Saraiva, 1999.

CUNHA, Manoela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania** / Manuela Carneiro da Cunha. - 1 º ed. - São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, Mércio Pereira. **O índice na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis: Vozes, 2002. 632 p.

HAESBAERT R, (1997), **Des-territorialização e identidade**. A rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Grajaú, Maranhão - MA. Acesso em: 24/12/2019. Disponível em:<
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/maranhao/grajau.pdf>>.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, Núcleo de Direitos Indígenas. Acesso em 24/12/2019. Disponível em:<
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/GTD00075.pdf> >.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos "Índios Misturados"? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais**. Museu Nacional / UFRJ, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1997.

Terras Indígenas no Brasil CEDI e Museu Nacional. Museu Nacional da UFRJ, novembro de 1987.

SCHRODER, Peter. **Cana Brava e São Pedro dos Cacetes: um conflito em extinção**. In: Ricardo, Carlos Alberto (Ed.). Povos Indígenas no Brasil: 1991-1995. São Paulo: ISA, 1996. P. 449-52.

TEORIZANDO GRAJAÚ, Grajaú, Maranhão - MA. Acesso em 24/12/2019. Disponível em:<<https://teorizandograjau.blogspot.com/p/historia-de-grajau-ma.html>>.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.